USEBENS SEGUROS S.A.

CNPJ nº 09.180.505/0001-50

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Usebens Seguros S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas na forma da legislação societária e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer elaborado pelos Auditores Independentes. Através da busca constante de alternativas na diversificação do seu portfólio, atuando em outras áreas de negócios, houve crescimento na produção comparado com o ano anterior. Um dos produtos com forte atuação é o prestamista, que possui mercado consolidado no Brasil e com possibilidade de comercialização em diversas linhas de negócios, como empréstimos, cheque especial, cartão de crédito, consórcios e financiamentos contratados junto às instituições financeiras e administradoras de consórcios. Pensando também num mercado existente, em parceria com empresas de rastreamento automotivo, a Seguradora intensificou em 2015 a comercialização de seguro onde, em caso de roubo ou furto, se o veículo não for recuperado, é efetuada a indenização de acordo com valor de tabela de referência de mercado. Como consequência dessa diversificação apresentada, conseguimos aumentar a participação dos demais produtos na carteira da Seguradora, contribuindo para o resultado apresentado de prêmios emitidos e ganhos no exercício. A Seguradora destaca-se fortemente pela proximidade e agilidade que imprime às interações com as instituições nas quais atua, o que nos diferencia neste mercado altamente competitivo. No exercício, os prêmios emitidos líquidos atingiram o total de R$ 55.282 (R$ 50.468 em prêmios ganhos), representando um crescimento de 8,35% em relação a 2014. Excluindo os valores do seguro DPVAT, a Seguradora teve prêmios emitidos líquidos de R$ 23.021 (ante R$ 21.075 do ano anterior), aumento esse de 9,24%. Este crescimento deriva da expansão de nossa oferta de produtos de pessoas, que representou mais da metade dos prêmios emitidos líquidos, bem como o crescimento no ramo de automóveis, através do seguro com rastreamento automotivo, seja pelas operações instaladas, bem como pela expansão das parcerias para distribuição do seguro. Nossos índices de sinistralidade atingiram 60,17% sobre os prêmios ganhos (64,07% em 2014). Excluindo o seguro DPVAT desta análise, apresentamos no exercício 13,37% dos prêmios ganhos, ante 14,95% do ano anterior. Tivemos aumento no volume de sinistros, impacto esse apresentado principalmente pelo seguro prestamista, que possui valores de indenizações mais elevados, se compararmos aos riscos anteriormente administrados pela Seguradora, como também devido ao cenário atual brasileiro, que vem apresentando desaceleração na economia, o que tem levado muitas empresas a efetuarem diminuição no quadro de funcionários, influenciando assim para o aumento no índice de desemprego, que atingiu no final de dezembro de 2015, 6,9% (em outubro chegou a 7,95%, sendo o maior índice nos últimos 5 anos), conforme dados divulgados pelo IBGE. Porém, mantemos nossos controles constantes na área de regulação de sinistro, avaliando os processos de controles internos desenvolvidos para a área. Vale destacar que o reflexo da IBNR no prestamista foi considerável, onde a provisão foi efetuada conforme normativo SUSEP, já que a Seguradora ainda não possui histórico suficiente para apuração de percentual próprio. Referente aos custos de aquisição, o índice ficou em 17,96% sobre os prêmios ganhos (ante 15,56% em 2014). Excluindo o impacto do DPVAT, esse valor fica em 47,17%, versus 45,45% do ano anterior, ocorrendo um aumento do comissionamento nos produtos comercializados, influenciado pelo ramo prestamista. A Seguradora continua trabalhando no aprimoramento de suas ferramentas, objetivando suportar o crescimento estruturado, sustentável e qualificado de nossas operações. Damos grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (compliance). Os esforços continuam na melhoria contínua em controles internos e, principalmente nos processos da área de subscrição e atuarial, que continuam a receber investimentos nesse período. Este programa visa reduzir erros, análise dos processos já existentes atualmente e controle dos riscos assumidos pela Seguradora. Refletindo o direcionamento estratégico adotado pela Seguradora, porém sempre buscando ganho e melhoria de eficiência na estrutura administrativa, investimentos estão sendo efetuados com formação de novas equipes, ocasionando reflexo nos valores das despesas administrativas, que aumentaram em comparação ao ano de 2014, quando considerado somente as operações da Seguradora. Estas despesas representaram 15,76% dos prêmios emitidos (27,96% excluindo operações do DPVAT), versus 17,96% do exercício anterior (34,82% excluindo operações do DPVAT). O resultado financeiro teve um aumento de 12,86% em comparação ao exercício anterior, reflexo do atual cenário apresentado pela economia brasileira, com aumento nas taxas básicas de juros. A Seguradora encerrou o exercício com um resultado antes de impostos de R$ 3.258 versus R$ 2.225 do ano anterior. Os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo em cada exercício um percentual do lucro de 5%, conforme definido no seu estatuto. O saldo de lucros líquidos tem destinação por determinação da Assembleia Geral dos acionistas, podendo ser transferido para Reserva de Aumento de Capital ou outra reserva de lucros. Declaração de capacidade financeira: Em atenção à Circular SUSEP nº 508/2015, a Seguradora apesar de não possuir títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", considera ter capacidade financeira para assegurar, até os seus respectivos vencimentos, os títulos classificados como "disponível para venda". Em resumo, nosso desempenho é representativo de nossa estratégia de consolidar nossos diferenciais no mercado, enquanto buscamos o desenvolvendo de novos produtos, de maneira a nos permitir alcançar nossas metas de crescimento, mantendo a qualidade de nossos controles e serviços. Neste contexto, aproveitamos a oportunidade para agradecer aos segurados e parceiros pela confiança depositada; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados pela orientação e atenção dispensadas; aos colaboradores e parceiros da Seguradora, o reconhecimento pela dedicação e pelo trabalho, que foram fundamentais para o desenvolvimento de nossas atividades.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	2015	2014
Circulante		**73.320**	**54.634**
Caixa e equivalentes de caixa		**63**	**91**
Caixa e bancos		63	91
Títulos e valores mobiliários	6	**63.438**	**47.060**
Cotas de fundos de investimentos		40.911	34.257
Títulos de renda fixa		22.527	12.803
Créditos das operações com seguros e resseguros		**4.433**	**3.579**
Prêmios a receber	7	3.313	2.975
Operações com seguradora		1	1
Outros créditos operacionais		680	603
Ativo de resseguro - sinistros	8	439	–
Títulos e créditos a receber		**67**	**442**
Créditos a receber		38	44
Créditos tributários	9	29	379
Outros créditos		–	19
Outros valores e bens		**22**	**1**
Outros valores		22	1
Despesas antecipadas		**8**	**2**
Custos de aquisição diferidos	10	**5.289**	**3.459**
Seguros		5.289	3.459
Ativo não circulante		**16.631**	**22.228**
Realizável a longo prazo		**16.051**	**21.847**
Títulos e valores mobiliários	6	**9.225**	**16.597**
Títulos de renda fixa		9.041	16.420
Outras aplicações		184	177
Custos de aquisição diferidos	10	**6.826**	**5.250**
Seguros		6.826	5.250
Imobilizado	11	**210**	**317**
Bens móveis		161	134
Outras imobilizações		49	183
Intangível		**100**	**64**
Outros intangíveis		100	64
Total do ativo		**89.681**	**76.862**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2015	2014
Circulante		**56.429**	**44.316**
Contas a pagar		**923**	**421**
Obrigações a pagar		153	129
Impostos e encargos sociais a recolher		238	125
Encargos trabalhistas		100	64
Impostos e contribuições		432	103
Débitos de operações com seguros e resseguros		**826**	**1.156**
Prêmios a restituir		6	6
Operações com seguradora		20	20
Corretores de seguros e resseguros		207	278
Resseguros a liquidar	8	143	–
Outros débitos operacionais		450	852
Depósitos de terceiros	12	**22**	**40**
Prêmio e emolumentos recebidos		22	40
Outros depósitos		–	–
Provisões técnicas - seguros	13	**54.658**	**42.699**
Danos		45.054	36.100
Pessoas		9.604	6.599
Passivo não circulante		**11.375**	**9.631**
Provisões técnicas - seguros	13	**11.375**	**9.631**
Danos		2.920	3.586
Pessoas		8.455	6.045
Patrimônio líquido	15	**21.877**	**22.915**
Capital social		19.901	19.901
Reservas de lucros		2.007	3.534
Ajustes de avaliação patrimonial		(31)	(520)
Total do passivo e patrimônio líquido		**89.681**	**76.862**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2015	2014
Prêmios emitidos líquido		55.282	51.023
Variações das provisões técnicas de prêmios		(4.814)	(7.286)
(=) Prêmios ganhos	**16.1**	**50.468**	**43.737**
Receita com emissão de apólices		1.872	1.716
Sinistros ocorridos	16.2	(30.369)	(28.021)
Custos de aquisição	16.3	(9.063)	(6.807)
Outras receitas e despesas operacionais	16.7	(2.175)	(2.225)
Resultado com operações de resseguro		(346)	–
Despesas administrativas	16.4	(8.715)	(7.857)
Despesas com tributos	16.6	(1.639)	(1.324)
Resultado financeiro	16.5	3.360	2.977
Resultado operacional		**3.393**	**2.196**
Ganhos e perdas com ativos não correntes		(135)	29
Resultado antes dos impostos e participações		**3.258**	**2.225**
Imposto de renda	18	(748)	(501)
Contribuição social	18	(597)	(340)
(=) Lucro líquido do exercício		**1.913**	**1.384**
Quantidade de ações		**18.885.250**	**18.885.250**
Lucro líquido por lote de mil ações		**101,30**	**73,28**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	**1.913**	**1.384**
Outros resultados abrangentes	**(19)**	**(312)**
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(31)	(520)
Efeitos tributários sobre itens dos lucros abrangentes (40%)	12	208
Total dos resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários	**1.894**	**1.072**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Outras	Ajuste com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**19.901**	**116**	**2.100**	**(574)**	**–**	**21.543**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	–	54	–	54
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.384	1.384
Proposta para distribuição de resultado:	–					
Reserva legal	–	69	–	–	(69)	–
Dividendos	–	–	–	–	(66)	(66)
Reserva estatutária	–	–	1.249	–	(1.249)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**19.901**	**185**	**3.349**	**(520)**	**–**	**22.915**
Ajustes com títulos e valores mobiliários	–	–	–	489	–	489
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.913	1.913
Proposta para distribuição de resultado:	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	96	–	–	(96)	–
Dividendos	–	–	–	–	(91)	(91)
Reserva estatutária	–	–	1.726	–	(1.726)	–
Distribuições através de AGO	–	–	(3.349)	–	–	(3.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**19.901**	**281**	**1.726**	**(31)**	**–**	**21.877**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Valores expressos em milhares de Reais)

Método direto	**2015**	**2014**
Das atividades operacionais		
Recebimento de prêmios de seguros	23.435	19.842
Outros recebimentos operacionais	2.155	1.708
Pagamento de comissões e sinistros	(14.481)	(10.838)
Pagamento de despesas com operações de seguros	(1.068)	(658)
Pagamento de despesas e obrigações	(12.208)	(5.180)
Caixa (consumido)/gerado pelas operações	**(2.167)**	**4.874**
Impostos e contribuições pagos	(4.194)	(3.496)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(38.744)	(10.092)
Vendas e resgates	48.525	8.577
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**3.420**	**(137)**
Das atividades de investimento		
Pagamento de compra de ativo imobilizado e intangível	(34)	(23)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(34)**	**(23)**
Das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(3.414)	(50)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(3.414)**	**(50)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(28)**	**(210)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	91	301
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	63	91
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	**(28)**	**(210)**
Ativos livres no início do exercício	10.967	12.939
Ativos livres no final do exercício	3.899	10.967
Redução nas aplicações financeiras - recursos livres	**(7.068)**	**(1.972)**
Método indireto	**2015**	**2014**
Lucro líquido do exercício	**1.913**	**1.384**
Ajustes ao lucro líquido		
Depreciações e amortizações	103	58
Atividades operacionais		
Variação dos ativos financeiros	(8.196)	(8.122)
Variação dos créditos e débitos das operações de seguros	(854)	(738)
Variação dos créditos fiscais e previdenciários	52	43
Variação despesas antecipadas	(6)	–
Variação dos custos de aquisição diferidos	(3.406)	(3.655)
Variação de outros ativos	(21)	39
Variação de outras contas a pagar	148	(98)
Variação impostos e contribuições	1.218	50
Variação dos débitos de operações com seguros e resseguros	(330)	234
Variação das provisões técnicas - seguros	13.703	11.661
Variação de depósitos de terceiros	(17)	(100)
Caixa líquido gerado nas operações	**4.307**	**756**
Impostos sobre lucros pagos	(887)	(893)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	**3.420**	**(137)**
Das atividades de investimento		
Pagamento de compra de ativo imobilizado e intangível	(34)	(23)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(34)**	**(23)**
Das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(3.414)	(50)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(3.414)**	**(50)**
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(28)**	**(210)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	91	301
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	63	91
Redução líquido de caixa e equivalente de caixa	**(28)**	**(210)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

USEBENS SEGUROS S.A.

CNPJ nº 09.180.505/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - Em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A **Usebens Seguros S.A. ("Seguradora")** é uma sociedade anônima de capital nacional e fechado, com sede e escritório localizado na Cidade de São Paulo, SP, registrada na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) sob o código 0367-1. Sua controladora e holding é a Usebens Holdings Participação S.A. A Seguradora atua em todo o território nacional na comercialização de seguro de danos e de pessoas. A expertise da Seguradora está voltada para a distribuição, em todo o território nacional, de seguros massificados, customizados de acordo com as necessidades da região, por intermédio de seus parceiros concessionários de veículos, instituições financeiras e de administradora de consórcios. Destaca-se por seu amplo portfólio de produtos, que representam uma fonte importante de rentabilidade a esses parceiros, sendo que entre os principais produtos estão: (a) seguro de automóveis (rastreado); (b) prestamista; (c) vida em grupo; (d) acidentes pessoais; (e) GAP; (f) franquia zero; e (g) compreensivo residencial e empresarial. **2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação por seus Administradores e Acionistas em 23 de fevereiro de 2016. **2.1. Declaração de conformidade:** Em 09 de janeiro de 2015, a SUSEP emitiu a Circular nº 508 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015. Esta Circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga a Circular SUSEP nº 483/14. Desta forma, as demonstrações contábeis foram elaboradas conforme os dispositivos da circular SUSEP 508/15 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "Práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". **2.2. Comparabilidade:** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC nº 21 e da Circular SUSEP nº 508/15. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado em data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo em um ativo ou passivo, a Seguradora leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na preferência do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinada nessa base, exceto valor em uso na Redução ao valor recuperável de ativos CPC 01(R1). As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis. **2.4. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Seguradora. **2.5. Demonstração de resultados abrangentes (DRA):** Está sendo apresentada em quadro demonstrativo próprio e compreende itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos CPCs. **2.6. Efeito das operações do DPVAT nos fluxos de caixa:** As operações do consórcio DPVAT, pela sua natureza, não causam efeitos individuais nos fluxos de caixa da Seguradora, uma vez que suas operações são apuradas mensalmente, e os efeitos líquidos registrados na conta "Outros créditos operacionais", contabilizados exclusivamente com base nas informações disponibilizadas pela Seguradora Líder S.A., Administradora do seguro DPVAT. **2.7. Operações descontinuadas:** Não houve atividades descontinuadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. **3. Principais práticas contábeis:** As seções a seguir descrevem as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis: **3.1. Apuração do resultado operacional:** Os prêmios de seguros e cosseguros, e os respectivos custos de comercialização são registrados quando da emissão da apólice ou fatura e, reconhecidos no resultado de acordo com o transcorrer da vigência do risco. As operações de cosseguro aceito são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres. As receitas e despesas relativas às operações no consórcio DPVAT são contabilizados exclusivamente com base nas informações disponibilizadas pela Seguradora Líder, administradora do seguro DPVAT. **3.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor e vencimento que não afetam a vinculação com ativos garantidores. **3.3. Definições, classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: a) Definições:** Instrumento financeiro: é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Instrumento de patrimônio: é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. **b) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entre de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. **b.1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. É classificado nessa categoria se: • For adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo; • No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Seguradora administra e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; • For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de *hedge* efetivo. Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: • Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; • O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos e passivos financeiros ou ambos; • Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Seguradora, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; e • Fazer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e for permitido que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado (CPC 38). Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante da Seguradora, e seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida à conta de receita ou despesa do exercício. **b.2) Investimentos mantidos até o vencimento:** Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Seguradora tem a intenção positiva e a capacidade financeira de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. **b.3) Ativos financeiros disponíveis para venda:** São ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Seguradora, de acordo com a maturidade do título. Seus ganhos ou perdas decorrentes de variações do valor justo são contabilizados em contrapartida em uma conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários. **b.4) Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo, que estão representados principalmente por créditos das operações com seguros e resseguros. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **b.5) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é apurada com base na totalidade dos prêmios vencidos acima de 60 dias, descontadas as cessões de prêmio e Imposto sobre operações financeiras (IOF), ainda que não iniciada a vigência da apólice. Para todos os outros ativos financeiros, uma evidência objetiva pode incluir: • Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte; • Violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; • Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou • Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção dos prêmios de seguros, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriores baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. **c) Baixa de ativos financeiros:** A Seguradora baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Seguradora reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro transferido, a Seguradora continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela contrapartida recebida. A Seguradora baixa os passivos financeiros somente quando as obrigações da Seguradora são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **3.4. Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante aos segurados. Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguro diferidos das apólices emitidas e não emitidas, conforme contratos firmados de cessão de risco, cujo o período de cobertura ainda não expirou. O montante de prêmios é reconhecido inicialmente pelo valor contratual e ajustado conforme período de exposição do risco; (ii) as parcelas correspondentes a indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iii) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.5. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição compreendem os custos diretos na obtenção e processamento de novos negócios/contratos de seguros. Esses custos são capitalizados, reconhecidos como ativo e amortizados pelo prazo de reconhecimento dos prêmios de seguros de acordo com o prazo de vigência dos contratos. **3.6. Demais ativos circulantes e ativos não circulantes:** Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor justo ou de realização. **3.7. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e compreende a equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e benfeitoria em imóveis de terceiros. As depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado, com os seguintes prazos: dez anos para móveis, utensílios e instalações, e em cinco anos para equipamentos de informática e softwares. Um item do imobilizado é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. O ativo imobilizado da Seguradora inclui ativos referentes à participação na Seguradora Líder S.A (consórcio DPVAT). **3.8. Ativos intangíveis:** Referem-se substancialmente a softwares, com amortização reconhecida linearmente em até cinco anos. Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **3.9. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** No final de cada exercício, a Seguradora revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **3.10. Passivos circulantes e não circulantes de operações de seguros:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data-base das demonstrações contábeis. **3.11. Contratos de seguro:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no Pronunciamento Técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Contrato de seguro é um contrato em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico e adverso. A Administração procedeu a análise de seus negócios para determinar que suas operações caracterizam-se como "contratos de seguro". Nessa análise, foram considerados os preceitos contidos no CPC 11 e as orientações estabelecidas pelas normas regulatórias da SUSEP. As operações de resseguros são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (i) nas prestações de contas emitidas pelos resseguradores por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Seguradora e (ii) nas prestações de contas preparadas pela Seguradora e que estão sujeitas à analise pelos resseguradores. **3.12. Provisões técnicas de seguros:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA: • As provisões técnicas (IBNR, PSL e outras provisões técnicas) relativas ao Consórcio DPVAT são contabilizadas com base nos valores calculados e informados, exclusivamente, pela Seguradora Líder; • A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A PPNG passou a considerar como data-base para sua constituição a menor data entre a emissão e o início de vigência do risco, de acordo com normativo regulatório específico; • A provisão de prêmios não ganhos - riscos vigentes não emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referente aos riscos assumidos e que estão em processo de emissão, sendo constituída de acordo com as normas e especificações estabelecidas em Nota Técnica Atuarial. Destaca-se, ainda, que para os ramos que não dispõem de histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação da metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial, a PPNG-RVNE é obtida pela aplicação dos percentuais determinados pela Circular SUSEP nº 508/2015; • A provisão para sinistros a liquidar (PSL) é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo; • A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR - *Incurred But Not Reported*) é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, sendo calculada com base na Circular SUSEP nº 508/2015; • A provisão de despesas relacionadas (PDR) visa a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a despesas relacionadas a sinistros ocorridos, avisados ou não, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. **3.13. Teste de adequação dos passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** Conforme Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, que instituiu o teste de adequação de passivos para fins de elaboração das demonstrações contábeis e definiu regras e procedimentos para a sua realização, a seguradora deve avaliar se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se a diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas resultar em valor positivo, caberá à sociedade supervisionada reconhecer este valor na Provisão Complementar de Cobertura (PCC), quando a insuficiência for proveniente das provisões de PPNG, PMBaC e PMBC, as quais possuem regras de cálculos rígidas, que não podem ser alteradas em decorrência de insuficiências. Os ajustes decorrentes de insuficiências nas demais provisões técnicas apuradas no TAP devem ser efetuados nas próprias provisões. Nesse caso, a companhia deverá recalcular o resultado do TAP com base nas provisões ajustadas, e registrar na PCC apenas a insuficiência remanescente. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 517/2015, ou seja, entre Eventos a Ocorrer e Eventos Ocorridos e, posteriormente, entre seguros de Danos e seguros de Pessoas, excluindo-se as operações com seguro DPVAT. Para a elaboração dos fluxos de caixa considerou-se as estimativas de prêmios, sinistros, despesas e impostos, mensurados na data-base de dezembro de 2015, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros e o uso de algoritmos genéricos em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. As taxas de sinistralidade aplicadas para cada grupo no Teste de Adequação de Passivos de 31 de dezembro de 2015 foram, em média, as seguintes: • **Seguro de danos** - 5,00%; • **Seguro de pessoas** - 25,00%. Com base no Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da seguradora, data-base de 31 de dezembro de 2015, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado para os Grupos de Eventos a Ocorrer e de Eventos Ocorridos, não sendo necessário o ajuste das provisões constituídas, deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015. **3.14. Contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.15. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos:** A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A Contribuição Social Sobre o Lucro é calculada considerando a alíquota de 15%. A Lei 13.169 de 06 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social para 20% com vigência a partir de 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 e voltará para a alíquota de 15% a partir de 01 de janeiro de 2019. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados com as mesmas taxas acima. **3.16. Ativos contingentes, provisões judiciais e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados da seguinte forma: • **Ativos contingentes -** não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • **Provisões judiciais -** são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas ou reconhecidos contabilmente como provisões judiciais para a parcela que houver expectativa de saída de caixa e, aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e • **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) -** referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações contábeis e atualizados de acordo com a legislação vigente. **3.17. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício social, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **3.18. Lucro líquido por ação:** O lucro por ação básico da Seguradora para o período é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade de ações da Seguradora. Durante o período de reporte a Seguradora não possuía instrumentos ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o lucro por ação do período e consequentemente o lucro por ação básico é equivalente ao lucro por ação diluído segundo os requerimentos do CPC 41. **4. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes:** As demonstrações contábeis são impactadas por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos Administradores da Seguradora na elaboração das demonstrações contábeis. A Seguradora faz estimativas e utiliza premissas que podem impactar os valores informados de ativos e passivos dos próximos períodos. As estimativas e premissas que impactam as informações contábeis são aplicadas de forma consistente. Eventuais mudanças na apuração das estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente. As estimativas e premissas utilizadas pela Seguradora são as melhores disponíveis e estão de acordo com as normas aplicáveis e se referem, basicamente, aos seguintes fatores: • Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6); • Provisão para riscos de créditos - constituída para os créditos vencidos acima de 60 dias, para fazer frente às eventuais perdas na realização de prêmios a receber (Nota Explicativa nº 7c); • Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos (Nota Explicativa nº 9). • Provisões técnicas de seguros (Nota Explicativa nº 13). **5. Gerenciamento de riscos:** A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro; • Risco de crédito; • Risco financeiro/liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

USEBENS SEGUROS S.A.

CNPJ nº 09.180.505/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - Em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Seguradora dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas compatíveis com a natureza e complexidade dos produtos, processos e sistemas, trabalhando de maneira incessante para o constante aprimoramento dessa estrutura. **5.1. Risco de seguro:** A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato, onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e, consequentemente, sujeito a oscilações. A gestão de riscos concentra em quatro aspectos principais: • Controlar o impacto dos eventos negativos; • Buscar oportunidades visando à obtenção de vantagem competitiva; • Alinhar o apetite de risco com a estratégia da Seguradora; • Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos. Como parte de sua política de gestão de riscos, a Seguradora possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. Os objetivos da subscrição de riscos da Seguradora é desenvolver sua carteira de seguros de forma conservadora e rentável. A Seguradora acredita que as técnicas de subscrição de riscos que auxiliam na identificação e entendimento do risco e na definição do preço de seguros de forma apropriada. Além disso, a Seguradora monitora a qualidade dos negócios por parte das concessionárias, a fim de avaliar e melhorar o seu desempenho. **a) Concentração de riscos dos contratos de seguro:** A concentração de risco dos contratos de seguro para as várias modalidades é determinada com base nos prêmios emitidos antes do resseguro levando-se em conta sua distribuição geográfica e linha de negócios, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Prêmios emitidos por região geográfica					
Ramos de atuação	**Sudeste**	**Sul**	**Nordeste**	**Centro-oeste**	**Norte**	**Total**
Compreensivo residencial	1.987	1.152	179	183	64	3.565
Compreensivo empresarial	2	174	–	15	–	191
Riscos diversos	194	279	–	–	–	473
Extensão de garantia - veículos	33	30	32	423	253	771
Assistência e outras coberturas - auto	370	606	–	89	10	1.075
Automóvel	1.693	155	268	91	27	2.234
Prestamista	12.983	1.507	36	80	–	14.606
Acidentes pessoais	76	41	11	7	6	141
Vida em grupo	159	96	3	11	2	271
DPVAT	15.329	6.325	5.270	2.964	2.374	32.262
Em 31 de dezembro de 2015	**32.826**	**10.365**	**5.799**	**3.863**	**2.736**	**55.589**
Proporção - %	**59,05**	**18,65**	**10,43**	**6,95**	**4,92**	**100,00**
Em 31 de dezembro de 2014	**27.922**	**8.884**	**5.122**	**4.871**	**2.810**	**49.609**
Proporção - %	**56,28**	**17,91**	**10,32**	**9,82**	**5,67**	**100,00**

b) Teste de sensibilidade: A tabela a seguir apresenta o impacto gerado, pelas análises de sensibilidade do modelo no Lucro Líquido, caso a sinistralidade, despesas administrativas e taxas de juros variem 10% ou 15%, em 31 de dezembro de 2015, exceto sobre os valores referentes ao seguro DPVAT:

	Impacto no resultado			
	2015		2014	
	Bruto de resseguro	**Líquido de resseguro**	**Bruto de resseguro**	**Líquido de resseguro**
Aumento de 10% das despesas administrativas	(358)	(358)	(430)	(430)
Redução de 10% das despesas administrativas	354	354	361	361
Aumento de 15% dos valores de sinistros	(185)	(150)	(79)	(79)
Redução de 15% dos valores de sinistros	183	148	78	78
Aumento de 10% nas taxas de juros	209	209	75	75
Redução de 10% nas taxas de juros	(232)	(232)	(83)	(83)

5.2. Gestão de riscos financeiros: A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de títulos e valores mobiliários. Para mitigar esses riscos são levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico onde são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias: • Risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas devido às oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira; • Risco de liquidez, que está relacionado a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora; • Risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes. **a) Risco de mercado:** É o risco de que o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se altere, em virtude da volatilidade das variáveis existentes no mercado (taxa de juros, câmbio, ações, etc.), causada por fatores adversos. As transações da Seguradora são realizadas em reais, portanto ela não está exposta ao risco de moeda. A Seguradora está sujeita ao risco de taxas de juros, dada política e o montante aplicado em investimentos remunerados ao CDI e, em remunerações baseadas em taxas pós-fixados (indexada à SELIC) em títulos públicos federais. Seguindo uma política conservadora, a Seguradora opta pelo investimento em títulos públicos para a cobertura das reservas e as demais aplicações financeiras são realizadas em instituições de primeira linha, minimizando o risco de mercado, não necessitando, atualmente, de modelos definidos para a avaliação de riscos. As taxas contratadas estão discriminadas na Nota Explicativa nº 6 (a). **b) Risco de liquidez:** Define-se risco de liquidez como a possibilidade de a Seguradora não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações - esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Também é considerado risco de liquidez a possibilidade de a Seguradora não conseguir negociar a preço de mercado uma posição - seja devido ao seu tamanho elevado em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. A Seguradora adota como política a classificação de seus investimentos na categoria disponíveis para venda, visando mitigar sua exposição ao risco de liquidez, como também o excesso de caixa é investido em fundo de investimento com liquidez imediata, possibilitando movimentação conforme necessidade apontada no fluxo de caixa. A política de risco de liquidez estabelece a avaliação e a determinação do que constitui esse tipo de risco. A Seguradora elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisa periodicamente as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas. **c) Riscos de crédito:** É o risco de que um devedor deixe de cumprir os termos de um contrato ou deixe de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Mais especificadamente, o risco de crédito pode ser entendido como o risco de não serem recebidos os valores decorrentes dos prêmios de seguro e dos créditos detidos juntos às instituições financeiras e outros emissores decorrentes das aplicações financeiras, pode ser entendido ainda como risco de concentração, risco de liquidação ou ainda o risco de descumprimento de garantias acordadas. A Seguradora, na gestão do risco de crédito, vale-se da legislação da Autarquia para minimizar problemas. Importante destacar que os prêmios de seguros praticados pela Seguradora, nos ramos em que atua são pequenos, o que em tese, diminui de sobremaneira a possibilidade de risco de crédito. Some-se a isso, a possibilidade que a Seguradora tem de, em determinados produtos de, readequar a vigência da apólice/risco de acordo com o prêmio efetivamente pago pelo Segurado, em caso de inadimplência. O risco de crédito atribuído a saldos de segurados incorridos a partir da falta de pagamento de prêmios somente perdurará durante o prazo de carência especificado na apólice até o vencimento, quando a apólice de seguros será paga ou liquidada. **5.3. Gestão de capital:** A Seguradora executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pela SUSEP. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital da Seguradora através da otimização tanto do nível como diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Seguradora. Os esforços da Seguradora em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pela SUSEP, (ii) otimizar retornos sobre capital para os acionistas. Apresentamos abaixo o cálculo do capital mínimo requerida da Seguradora, para a data-base de 31 de dezembro de 2015. A partir das regras de capital mínimo requerido, estabelecidas pela Resolução CNSP nº 321/2015, foram realizados todos os cálculos necessários para apurar a suficiência ou insuficiência do patrimônio líquido ajustado da Seguradora, considerando-se os valores de prêmios e sinistros retidos no período avaliado e as regiões de operação.

	2015	**2014**
Patrimônio líquido	21.877	22.915
Despesas antecipadas	(8)	(2)
Ativo intangível	(100)	(64)
Patrimônio líquido ajustado	**21.769**	**22.849**
Capital base (a)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco de subscrição	4.855	3.748
Capital de risco de crédito	594	1.443
Capital de risco operacional	311	285
Benefício da diversificação (capital de risco)	(271)	(550)
Capital de risco (b)	**5.489**	**4.926**
Capital mínimo requerido (CMR) - (maior entre (a) e (b))	15.000	15.000
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	21.769	22.849
Suficiência de capital (PLA - CMR)	**6.769**	**7.849**
Suficiência do PLA: (PLA - CMR)/CMR	45,13%	52,33%
Liquidez do ativo = (AL)/CMR	40,30%	24,73%

Conforme apresentado acima, a Seguradora apresentou uma suficiência de R$ 6.769 do patrimônio líquido ajustado de 31 de dezembro de 2015 em relação ao capital mínimo requerido, demonstrando uma suficiência do PLA em relação ao CMR de 45,13%. Além disso, pode-se observar que a Seguradora apresentou suficiência de liquidez em relação ao CMR, da ordem de 109,90%, índices estes que justificam a solvência da Seguradora e, consequentemente, a não necessidade de elaboração do plano de regularização de solvência. Conforme disposto no parágrafo 4º, do artigo 50 da Resolução CNSP nº 321/2015, o montante exigido do capital de risco de mercado corresponderá a 0% até 31 de dezembro de 2016. **5.4. Risco legal:** No curso normal de suas atividades de seguros, a Seguradora pode ser envolvida em processos judiciais ou de arbitragem com relação às suas obrigações, que são tratadas de acordo com a nossa política de sinistros. Com as práticas da indústria de seguros e questões legais, judiciais e sociais mudam inesperados e indesejados resultados relacionados aos sinistros e suas coberturas poderão surgir. Esses problemas podem ter um efeito negativo nos resultados financeiros da Seguradora, estendendo a cobertura para além do que foi subscrito ou aumentando a quantidade e os valores envolvidos nas ações judiciais. Na medida em que as decisões judiciais são proferidas e estas podem aumentar os valores de indenizações, as reservas de sinistros podem revelar-se insuficientes para cobrir as perdas reais. Nesse caso, a Seguradora ajusta suas reservas ao valor da perda provável. Tal ajuste poderá ter um efeito material adverso na sua condição financeira, no seu resultado financeiro e em seus fluxos de caixa. **5.5. Risco operacional:** Riscos operacionais são os riscos de perdas diretas e indiretas resultantes de fatores humanos, eventos externos, processos internos e falhas nos sistemas. Os riscos operacionais são inerentes às operações da Seguradora e são típicos de qualquer grande operação. As principais fontes de risco incluem confiabilidade dos processos operacionais, segurança da informação, terceirização de operações, dependência de fornecedores-chave, implementação de mudanças estratégicas, fraudes, baixa qualidade de serviço aos clientes, continuidade de negócios, recrutamento, treinamento e retenção de pessoas, e impactos sociais e ambientais. A Seguradora gerencia os riscos operacionais utilizando uma variedade de técnicas e ferramentas para identificar, monitorar e mitigar os riscos operacionais de acordo com seu apetite de risco. Estas ferramentas incluem autoavaliação de riscos e controles, indicadores de riscos-chave (por exemplo, indicadores de fraudes e de serviço), análises de cenário e relatórios de perdas. Além disso, a Seguradora desenvolveu alguns planos de contingência incluindo gestão de incidente e plano de continuidade de negócios.

6. Títulos e valores mobiliários: a) Composição (custo atualizado)

	Taxa de juros	**2015**		**2014**	
		R$	**%**	**R$**	**%**
Títulos disponíveis para venda					
Letras do Tesouro Nacional	9,12%	–	–	15.711	24,35
Letras do Tesouro Nacional	11,16%	–	–	1.557	2,41
Letras do Tesouro Nacional	11,94%	–	–	3.436	5,33
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	27.727	38,13	–	–
Ativos ao valor justo por meio do resultado					
Debêntures - pós-fixada	103,5% CDI	3.584	4,93	9.387	14,55
Cotas de fundos de investimento - não exclusivo		315	0,43	1.581	2,45
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT		40.910	56,26	32.676	50,64
Total		**72.536**	**99,75**	**64.348**	**99,73**
Outras aplicações (participação no DPVAT)		184	0,25	177	0,27
Total de aplicações		**72.720**	**100,00**	**64.525**	**100,00**

b) Composição da aplicação financeira por vencimento: Apresentamos a seguir a composição dos títulos e valores imobiliários por prazo e por título. Os títulos de renda fixa privados têm o seu valor atualizado de acordo com os índices pactuados com a instituição financeira e se aproximam ao seu valor de mercado. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA):

					Custo atualizado	
	Sem vencimento	**Abaixo de 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Valor contábil**	**Marcação a mercado**
Títulos disponíveis para venda						
Letras Financeiras do Tesouro	–	22.252	5.475	27.727	27.670	(57)
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Debêntures	–	–	3.584	3.584	3.584	–
Cotas de fundo de investimento - não exclusivo	315	–	–	315	315	–
Cotas de fundos de investimentos DPVAT	40.910	–	–	40.910	40.910	–
Outras aplicações - Participação DPVAT	184	–	–	184	184	–
Total em 2015	**41.409**	**22.252**	**9.059**	**72.720**	**72.663**	**(57)**

					Custo atualizado	
	Sem vencimento	**Abaixo de 365 dias**	**Acima de 365 dias**	**Total**	**Valor contábil**	**Marcação a mercado**
Títulos disponíveis para venda						
Letras do Tesouro Nacional	–	3.436	17.268	20.704	19.836	(868)
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Debêntures	–	9.387	–	9.387	9.387	–
Cotas de fundo de investimento - não exclusivo	1.581	–	–	1.581	1.581	–
Cotas de fundos de investimentos DPVAT	32.676	–	–	32.676	32.676	–
Outras aplicações - Participação DPVAT	177	–	–	177	177	–
Total em 2014	**34.434**	**12.823**	**17.268**	**64.525**	**63.657**	**(868)**

c) Movimentação

	Valor contábil em 2014	**Resgates**	**Aplicações**	**Rendimento**	**Resultado na venda**	**Marcação a mercado**	**Saldo em 2015**
Letras do Tesouro Nacional	19.836	(25.939)	5.001	1.078	(844)	868	–
Letras Financeiras do Tesouro	–	–	25.934	1.793	–	(57)	27.670
Debêntures	9.387	(13.361)	6.638	920	–	–	3.584
Cotas de fundos de investimentos DPVAT	32.676	(10.458)	14.031	4.661	–	–	40.910
Cotas de fundo de investimento - não exclusivo	1.581	(9.271)	7.810	195	–	–	315
Outras aplicações - Participação DPVAT	177	–	7	–	–	–	184
	63.657	**(59.029)**	**59.421**	**8.647**	**(844)**	**811**	**72.663**

d) Mensuração de valor justo para o reconhecimento de ativos financeiros: Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, são classificados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços); e • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a mensuração dos instrumentos financeiros foram obtidas de preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível1). O CPC 38 requer que a Seguradora calcule o valor justo de investimentos classificados como disponíveis para venda que estão em um mercado inativo. Em 31 de dezembro de 2015, a Seguradora apresentava participação no convênio DPVAT no montante de R$ 184. Pelo fato dessa aplicação no DPVAT não apresentar um mercado ativo e também pelo fato de seu valor justo não ser confiavelmente medido/mensurado, tais aplicações encontram-se registradas ao seu valor de custo. **e) Cobertura das provisões técnicas de seguros:** Para a garantia das provisões técnicas, a Seguradora manteve os seguintes ativos:

	2015	**2014**
Total das provisões técnicas	**66.033**	**52.330**
Letras do Tesouro Nacional	–	19.836
Letras Financeiras do Tesouro	27.670	–
Cotas de fundos de investimentos - DPVAT	40.910	32.676
Ativos de Resseguro, conforme artigo 58º da Circular SUSEP nº 517/15	409	–
Custos de aquisição diferidos, efetivamente liquidados, conforme artigo 58º da Circular SUSEP nº 517/15	3.089	3.527
Total dos ativos garantidores	72.078	56.039
Excedente de cobertura	6.045	3.709
Ativos livres	3.899	10.968
Cotas de fundos de investimentos - não exclusivos	315	1.581
Debêntures	3.584	9.387

f) Instrumentos financeiros derivativos: Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Seguradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos. **7. Prêmios a receber:** Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. A seguir, a abertura dos prêmios a receber e prazo médio de parcelamento (em meses), segregado por ramo de atuação:

Ramos	**Prazo médio recebimento**	**2015**	**2014**
Extensão de garantia	6	107	289
Automóvel	12	1.663	296
Assistência e outras coberturas - auto	4	109	178
Riscos diversos	4	46	41
Prestamista	1	95	607
Acidentes pessoais	1	13	5
Vida em grupo	1	21	15
P-RVNE	–	1.275	1.582
Provisão para riscos sobre créditos	–	(16)	(38)
Total		**3.313**	**2.975**
Circulante		**3.313**	**2.975**

a) Movimentação do grupo de prêmios a receber

	2015
Prêmios pendentes no início do exercício	2.975
(+) Prêmios emitidos/reativados	25.507
(+) IOF	667
(–) Prêmios cancelados	2.116
(–) Recebimentos	23.435
Prêmios riscos vigentes não emitidos	(307)
Reversão provisão para perda	22
Prêmios pendentes no final do exercício	**3.313**

b) Prêmios a receber por faixa de vencimento

	2015	**2014**
Vencidos		
Vencidos entre 1 e 30 dias	84	73
Vencidos entre 31 e 60 dias	21	15
Vencidos entre 61 e 180 dias	12	34
Vencidos entre 181 e 365 dias	4	5
Vencidos a mais de 366 dias	1	–
A vencer		
A vencer entre 1 e 30 dias	488	923
A vencer entre 31 e 60 dias	202	75
A vencer entre 61 e 180 dias	704	194
A vencer entre 181 e 365 dias	538	112
P-RVNE	1.275	1.582
Provisão para riscos sobre créditos	(16)	(38)
Total	**3.313**	**2.975**

c) Provisão para riscos de crédito: A provisão para riscos de crédito é constituída com base nos prêmios vencidos, líquida de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) com base na análise individual das faturas pendentes de pagamento há mais de 60 dias. Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para riscos de crédito no ativo circulante é de R$ 16 (R$ 38 em 2014). **Movimentação da provisão para riscos de crédito para o período de 2015**

	Saldo em 2014	**Adições no período**	**Baixas no período**	**Saldo em 2015**
Riscos diversos	1	10	11	–
Extensão de garantia	2	2	4	–
Automóvel	–	16	5	11
Assistência e outras coberturas - auto	12	22	32	2
Prestamista	23	46	**66**	**3**
	38	**96**	**118**	**16**

continua

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO
Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

USEBENS SEGUROS S.A.

CNPJ nº 09.180.505/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - Em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

8. Operações com resseguradoras: a) Composição do ativo

	2015	2014
Operações com resseguradoras		
Sinistros liquidados a recuperar com resseguradoras	30	–
Ativos de resseguros		
Provisão de prêmios não ganhos	145	–
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	94	
Sinistros Pendentes de Pagamento	170	–
Total	**439**	**–**

b) Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguradoras

	2015	2014
Saldo no ínicio do exercício	**–**	**–**
Constituição	542	–
Reversão	(89)	–
Sinistros recuperados	(214)	–
Sinistros a recuperar	200	–
Saldo no final do exercício	**439**	**–**

c) Composição por resseguradores

Resseguradoras	Susep	Contrato Categoria	Contrato Tipo	Contrato Código	Recuperação de Sinistros 2015	Recuperação de Sinistros 2014	Sinistros a Recuperar 2015	Sinistros a Recuperar 2014
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	042/2014	379	–	159	–
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	069/2015	41	–	41	–
Total					**420**	**–**	**200**	**–**

d) Demonstração do percentual ressegurado

Ramos	Prêmios emitidos 2015	Prêmios emitidos 2014	Resseguro cedido 2015	Resseguro cedido 2014	Prêmios retidos 2015	Prêmios retidos 2014	% de retenção 2015	% de retenção 2014	% de prêmio de resseguro cedido 2015	% de prêmio de resseguro cedido 2014
Prestamista	14.605	–	845	–	13.760	–	94,21%	–	5,79%	–
Acidentes pessoais	141	–	2	–	139	–	98,58%	–	1,42%	–
Vida em grupo	271	–	127	–	144	–	53,14%	–	46,86%	–
Total	**15.017**	**–**	**974**	**–**	**14.043**	**–**				

e) Composição do passivo

	2015	2014
Prêmios de resseguro a liquidar (liquido de Comissão)	112	–
Riscos vigêntes e não emitidos de resseguro	31	–
Total	**143**	**–**

f) Composição por resseguradores

Resseguradoras	Susep	Contrato Categoria	Contrato Tipo	Contrato Código	Prêmios de resseguro cedidos 2015	Prêmios de resseguro cedidos 2014	Prêmios de resseguro a liquidar 2015	Prêmios de resseguro a liquidar 2014
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	042/2014	**550**	**–**	**–**	**–**
IRB Brasil Resseguros S/A	31623	Local	Repasse	069/2015	424	–	143	–
Total					**974**	**–**	**143**	**–**

9. Créditos tributários: Os saldos de créditos tributários estão compostos da seguinte forma:

	2015	2014
Ajustes temporais **(a)**	26	347
COFINS a compensar	–	15
PIS a compensar	–	2
Outros	3	15
Total	**29**	**379**

(a) Refere-se imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados para refletir os efeitos fiscais futuros referentes aos ajustes negativos sobre os títulos e valores mobiliários mantidos em carteira, classificados como "Disponíveis para Venda". **10. Custo de aquisição diferido:** As despesas com custo de aquisição são lançadas ao resultado quando da emissão das respectivas apólices de seguro, e diferidas quando devidas. São amortizadas com base no prazo de vigência das apólices (apresentado a seguir em meses), por meio de constituição e reversão de custo de aquisição diferido:

Ramos	Prazo médio diferimento	2015	2014
Extensão de garantia	18	2.248	2.711
Automóvel	12	31	–
Assist e outras coberturas - auto	12	177	214
Riscos diversos	22	169	157
Prestamista	41	9.487	5.621
Acidentes pessoais	12	3	6
Total		**12.115**	**8.709**
Circulante		5.289	3.459
Não circulante		6.826	5.250

Movimentação dos custos de aquisição diferidos em 2015:

	Corretagem	Agenciamento	Pro labore	Total
Saldo no início do exercício	**2.621**	**76**	**6.012**	**8.709**
Constituições	1.115	281	7.720	9.116
Amortização	(385)	(119)	(3.629)	(4.133)
Cancelamentos/reversões/baixas	(1.115)	–	(462)	(1.577)
Saldo no final do exercício	**2.236**	**238**	**9.641**	**12.115**

11. Ativo imobilizado: Demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos. **Imobilizado:** Depreciação e amortização do imobilizado pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens:

	Saldo em 2014	Aquisições/ (Baixas)	Depreciação/ amortização	Saldo em 2015	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Informática	69	43	23	89	20
Telecomunicações	8	2	1	9	20
Refrigeração	5	–	–	5	20
Móveis, máquinas e utensílios	50	11	4	57	10
Veículos	2	1	–	3	20
Outras imobilizações	183	(190)	(54)	47	20
	317	**(133)**	**(26)**	**210**	

12. Depósitos de terceiros: Estes saldos referem-se, basicamente, a prêmios de seguros recebidos, pendentes de identificação e respectiva baixa, estando alocados na Rubrica "Prêmios a receber" do ativo circulante.

a) Composição de saldos	2015	2014
Prêmios e Emolumentos Recebidos	22	40
Total	**22**	**40**

b) *Aging list*	2015	2014
Até 60 dias	16	30
De 61 a 120 dias	–	8
Acima de 120 dias	6	2
Total	**22**	**40**

13. Demonstrativos das provisões técnicas

Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR	Outras provisões - PDA (2015)
Extensão de garantia	4.264	40	13	–
Compreensivo residencial	1	–	53	–
Compreensivo empresarial	–	50	6	–
Automóvel	1.466	54	60	–
Assistência e outras coberturas - auto	615	8	24	–
Riscos diversos	410	–	10	–
Prestamista	16.205	450	1.315	4
Acidentes pessoais	8	–	9	–
Vida em grupo	2	29	38	–
DPVAT	–	14.611	25.991	297
Total	**22.971**	**15.242**	**27.519**	**301**
Circulante	11.596	15.242	27.519	301
Não circulante	11.375	–	–	–

Ramos	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR	Outras provisões - PDA (2014)
Extensão de garantia	5.371	12	13	–
Compreensivo residencial	–	–	49	–
Automóvel	274	–	10	–
Assistência e outras coberturas - auto	819	13	33	–
Riscos diversos	390	12	12	–
Responsabilidade civil	1	–	1	–
Prestamista	11.321	29	1.014	–
RCTR-C	–	1	2	–
RCF-DC	–	7	1	–
Acidentes pessoais	16	–	25	–
Vida em grupo	2	91	147	–
DPVAT	–	15.915	16.356	392
Total	**18.194**	**16.080**	**17.663**	**392**
Circulante	8.563	16.080	17.663	392
Não circulante	9.631	–	–	–

a) Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar	IBNR	Outras provisões - PDA (2015)
Saldo no início do exercício	18.194	16.080	17.663	392
(+) Constituição/emissão	16.822	–	–	–
(–) Diferimento pelo risco decorrido	(12.045)	–	–	–
(+) Aviso de sinistros	–	2.646	–	–
(+/–) Ajuste/cancelamento sinistros	–	(1.594)	–	–
(–) Pagamento de sinistros	–	(1.890)	–	–
(–) Outras reversões	–	–	(626)	(281)
(+) Outras constituições	–	–	10.482	190
Saldo no fim do exercício	**22.971**	**15.242**	**27.519**	**301**

b) Desenvolvimento de sinistros: A tabela de desenvolvimento dos sinistros tem a finalidade de avaliar o comportamento dos sinistros pagos e pendentes, para cada ano de aviso, conforme segue:

Bruto de resseguro - administrativa e judiciais - em Reais

Incorrido (+) IBNR	Dezembro/2010	Dezembro/2011	Dezembro/2012	Dezembro/2013	Dezembro/2014	Dezembro/2015	Total
Até a data-base	302.097,14	483.487,82	348.756,88	807.413,23	2.376.166,62	3.425.815,12	
Um ano mais tarde	215.253,14	313.028,55	246.229,99	532.981,36	1.416.052,32	–	
Dois anos mais tarde	215.253,14	315.377,06	244.416,74	525.481,36	–	–	
Três anos mais tarde	215.253,14	315.377,06	244.416,74	–	–	–	
Quatro anos mais tarde	215.253,14	315.377,06	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	215.253,14	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2015	**215.253,14**	**315.377,06**	**244.416,74**	**525.481,36**	**1.416.052,32**	**3.425.815,12**	
Pago acumulado	**Dezembro/2010**	**Dezembro/2011**	**Dezembro/2012**	**Dezembro/2013**	**Dezembro/2014**	**Dezembro/2015**	
Até a data-base	(165.251,34)	(271.776,72)	(225.926,08)	(292.437,54)	(911.031,58)	(1.291.324,60)	
Um ano mais tarde	(215.253,14)	(312.762,55)	(244.416,74)	(525.481,36)	(1.387.026,34)	–	
Dois anos mais tarde	(215.253,14)	(315.377,06)	(244.416,74)	(525.481,36)	–	–	
Três anos mais tarde	(215.253,14)	(315.377,06)	(244.416,74)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde	(215.253,14)	(315.377,06)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	(215.253,14)	–	–	–	–		
Posição em 31/12/2015	**(215.253,14)**	**(315.377,06)**	**(244.416,74)**	**(525.481,36)**	**(1.387.026,34)**	**(1.291.324,60)**	
Atualização monetária acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisão de sinistros em 31/12/2015	0,00	0,00	0,00	0,00	29.025,98	2.134.490,52	**2.163.516,50**
Sobra/Falta acumulada (R$)	86.844,00	168.110,76	104.340,14	281.931,87	960.114,31		
Sobra/Falta acumulada (%)	40,35%	53,30%	42,69%	53,65%	67,80%		

Líquido de resseguro - administrativos e judiciais - em Reais

Incorrido (+) IBNR	Dezembro/2010	Dezembro/2011	Dezembro/2012	Dezembro/2013	Dezembro/2014	Dezembro/2015	Total
Até a data-base	298.697,51	480.589,87	348.756,88	807.413,23	2.376.166,62	3.113.722,59	
Um ano mais tarde	213.857,59	310.130,60	246.229,99	532.981,36	1.412.654,75	–	
Dois anos mais tarde	213.857,59	312.479,11	244.416,74	525.481,36	–	–	
Três anos mais tarde	213.857,59	312.479,11	244.416,74	–	–	–	
Quatro anos mais tarde	213.857,59	312.479,11	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	213.857,59	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2015	**213.857,59**	**312.479,11**	**244.416,74**	**525.481,36**	**1.412.654,75**	**3.113.722,59**	
Pago acumulado	**Dezembro/2010**	**Dezembro/2011**	**Dezembro/2012**	**Dezembro/2013**	**Dezembro/2014**	**Dezembro/2015**	
Até a data-base	(165.003,34)	(268.878,77)	(225.926,08)	(292.437,54)	(911.031,58)	(1.242.775,01)	
Um ano mais tarde	(213.857,59)	(309.864,60)	(244.416,74)	(525.481,36)	(1.383.628,77)	–	
Dois anos mais tarde	(213.857,59)	(312.479,11)	(244.416,74)	(525.481,36)	–	–	
Três anos mais tarde	(213.857,59)	(312.479,11)	(244.416,74)	–	–	–	
Quatro anos mais tarde	(213.857,59)	(312.479,11)	–	–	–	–	
Cinco anos mais tarde	(213.857,59)	–	–	–	–	–	
Posição em 31/12/2015	**(213.857,59)**	**(312.479,11)**	**(244.416,74)**	**(525.481,36)**	**(1.383.628,77)**	**(1.242.775,01)**	
Atualização monetária acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Provisão de sinistros em 31/12/2015	0,00	0,00	0,00	0,00	29.025,98	1.870.947,59	**1.899.973,56**
Sobra/Falta acumulada (R$)	84.839,92	168.110,76	104.340,14	281.931,87	963.511,88		
Sobra/Falta acumulada (%)	39,67%	53,80%	42,69%	53,65%	68,21%		

Os resultados encontrados para cada ano de aviso do sinistro demonstram que as provisões técnicas constituídas no Balanço Patrimonial encerrado em cada exercício de 31 de dezembro estão adequadas, uma vez que não resultaram em déficits técnicos quando comparados com os valores efetivamente liquidados ou reavaliados nos anos posteriores. **c) Sinistros a liquidar judiciais DPVAT:** A Seguradora possui a seguinte quantidade de ações judiciais e saldos de sinistros a liquidar judiciais referente a participação no Consórcio DPVAT:

Faixa (anos)	PSL judicial (R$) 2015	Quantidade 2015
0 - 1	4.259	1.302
1 - 2	2.719	793
2 - 3	1.551	423
3 - 4	964	232
4 - 5	742	175
Acima de 5	1.522	297
	11.757	**3.222**

Informações dos sinistros pagos no período:

Quantidade	Valor de pagamento (R$)	Valor de abertura (R$)
441	2.817	3.429

14. Ativos contingentes e provisões judiciais: A Seguradora em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não possui ativos contingentes ou provisões judiciais, exceto quanto aos sinistros a liquidar judiciais do convênio DPVAT conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.c. **15. Patrimônio líquido: 15.1. Capital social:** O capital social, subscrito e integralizado, encontra-se representado por 18.885.250 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no país. **15.2. Distribuição de resultados:** Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 5% sobre o lucro líquido de cada exercício, após constituição da reserva legal. **15.3. Reservas de lucros - reserva legal:** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

continua

autoridade certificadora oficial imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO Secretaria de Governo
documento assinado digitalmente

continuação

USEBENS SEGUROS S.A.

CNPJ nº 09.180.505/0001-50

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 - Em milhares de Reais (exceto quando indicado de outra forma)

16. Detalhamento das principais contas do resultado

16.1. Prêmios de seguros auferidos

	Prêmios retidos		Variação das provisões técnicas		Prêmios ganhos	
Ramos	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Compreensivo residencial	3.568	3.243	–	–	3.568	3.243
Compreensivo empresarial	191	17	–	–	191	17
Extensão de garantia - auto	770	2.085	1.108	2.221	1.878	4.306
Riscos diversos	472	406	(20)	900	452	1.306
Assistência e outras coberturas - auto	1.050	1.576	204	(284)	1.254	1.292
Prestamista	14.268	12.717	(4.884)	(9.583)	9.384	3.134
Automóvel	2.289	388	(1.193)	(274)	1.096	114
Responsabilidade civil	–	3	1	–	1	3
RCTR-C	–	23	–	2	–	25
RCF-DC	–	22	–	–	–	22
Acidentes pessoais	142	273	8	(16)	150	257
Vida em grupo	271	321	–	–	271	321
DPVAT	32.261	29.949	(38)	(252)	32.223	29.697
	55.282	**51.023**	**(4.814)**	**(7.286)**	**50.468**	**43.737**

16.2. Sinistros ocorridos	**2015**	**2014**
Extensão de garantia	(169)	(141)
Compreensivo residencial	(15)	(38)
Compreensivo empresarial	(135)	(3)
Assistência e outras coberturas - auto	(47)	(154)
DPVAT	(27.930)	(25.925)
Riscos diversos	(24)	(109)
Automóvel	(345)	(10)
Prestamista	(1.841)	(986)
RCTR-C	3	(23)
RCF-DC	9	(22)
Acidentes pessoais	16	(23)
Vida em grupo	109	(587)
Total	**(30.369)**	**(28.021)**

16.3. Custos de aquisição	**2015**	**2014**
Comissões sobre prêmios retidos	(4.476)	(4.108)
Agenciamento sobre prêmios retidos	–	(182)
Outras despesas de comercialização	(7.712)	(6.172)
Variação dos custos de aquisição diferidos	3.125	3.655
Total	**(9.063)**	**(6.807)**

16.4. Despesas administrativas	**2015**	**2014**
Despesas com pessoal próprio	(1.806)	(1.386)
Despesas com serviços de terceiros	(3.625)	(3.891)
Despesas com localização e funcionamento	(769)	(534)
Despesas com publicidade e propaganda	(71)	(28)
Despesas com publicações	(101)	(110)
Outras	(18)	(22)
Despesas com donativos e contribuições	(48)	(43)
Despesas administrativas convênio DPVAT	(2.277)	(1.843)
Total	**(8.715)**	**(7.857)**

16.5. Resultado financeiro	**2015**	**2014**
Receitas financeiras		
Rendimento das aplicações de renda fixa	3.986	2.835
Rendimento das aplicações de renda fixa - DPVAT	4.896	3.618
Outras receitas financeiras	4	10
Total	**8.886**	**6.463**
Despesas financeiras		
Despesas financeiras - venda de títulos	(844)	–
Despesas financeiras - atualização monetária - DPVAT	(4.682)	(3.485)
Outras despesas financeiras	–	(1)
	(5.526)	**(3.486)**
Total	**3.360**	**2.977**

16.6. Despesas com tributos	**2015**	**2014**
Despesas com COFINS/PIS	(940)	(697)
Impostos estaduais	(5)	–
Impostos municipais	(18)	(8)
Taxa de fiscalização	(655)	(598)
Contribuição sindical patronal	(21)	(21)
Total	**(1.639)**	**(1.324)**

16.7. Outras receitas e despesas operacionais	**2015**	**2014**
Outras Receitas - DPVAT	318	143
Provisão sobre riscos de créditos	21	11
Despesas com cobrança - DPVAT	(1.780)	(1.681)
Despesas administrativas apólices cosseguro aceito	–	(17)
Outras despesas - DPVAT	(670)	(620)
Despesas com cobrança	–	(20)
Outras despesas com operações de seguros	(64)	(41)
Total	**(2.175)**	**(2.225)**

17. Transações com partes relacionadas: 17.1. Partes relacionadas: A Usebens Seguros S.A. mantém contrato de "Prestação de Serviços Operacionais, de Informática e Outras Avenças" com a empresa Usebens Multi Automóveis Usados Ltda. Durante o ano de 2015, foram incorridas despesas no montante de R$ 1.437 (R$ 2.111 em 2014).

17.2. Remuneração do pessoal-chave da administração: Os honorários atribuídos no período aos Administradores da Seguradora são:

Remuneração	**2015**	**2014**
Diretores estatutários	436	401
	436	**401**

18. Apuração do Imposto de Renda e contribuição

	2015	**2014**
Resultado antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL), líquido de participações	3.258	2.225
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes	(1.303)	(883)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa, cujos créditos não foram constituídos:	34	28
Outros	(76)	14
Despesa com IRPJ e CSLL	**(1.345)**	**(841)**

19. Principais ramos de atuação

	Prêmios ganhos		Índice de Sinistralidade - %		Índice de comissionamento - %	
Ramos	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**	**2015**	**2014**
Extensão de garantia - auto	1.878	4.306	9	3	49	49
Compreensivo residencial	3.568	3.242	–	1	49	50
Compreensivo empresarial	191	17	71	20	9	10
DPVAT	32.223	29.696	87	87	1	1
Assistência outras coberturas - auto	1.254	1.292	4	12	27	25
Automóvel	1.096	115	31	9	1	–
Riscos diversos	452	1.306	5	8	40	36
Prestamista	9.384	3.134	20	31	57	56
Responsabilidade civil	1	4	–	(5)	–	1
RCTR-C	–	25	–	91	–	34
RCF-DC	–	22	–	98	–	34
Acidentes pessoais	150	257	(11)	9	19	22
Vida em grupo	271	321	(40)	183	10	15
	50.468	**43.737**				

20. Eventos subsequentes: Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

DIRETORIA		CONTADOR	ATUÁRIO TÉCNICO RESPONSÁVEL
Carlos Gustavo Zago Diretor Técnico/Presidente	**Marcella Finimundi Verdi Zago** Diretora Financeira/Relações SUSEP	**Alfredo Shimizu Júnior -** CRC 1SP208722/O-1 **Rafael Fogimoto -** CRC 1SP259615/O-4	**Ricardo Cesar Pessoa -** Atuário Técnico Responsável MIBA 1076

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Usebens Seguros S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Usebens Seguros S.A. ("Seguradora")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Usebens Seguros S.A.,** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Alfredo Ferreira Marques Filho
Contador CRC 1 SP 154954/O-3

David Elias Fernandes Marinho
Contador CRC 1 SP 245857/O-3

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Usebens Seguros S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Usebens Seguros S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da **Usebens Seguros S.A.** é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão quando registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas (quando existentes), da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **USEBENS SEGUROS S.A.** para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da **USEBENS SEGUROS S.A.**.

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2015

Provisões Técnicas	**Em milhares de Reais**
Provisão de Prêmios não Ganhos - PPNG + RVNE	22.971
Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL e IBNeR)	631
Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	1.528
Provisão de Despesas Relacionadas - PDR	4
Total de Provisões Técnicas Auditadas (A)	**25.134**
Provisões Técnicas do seguro DPVAT - Não auditadas(*)	40.899
Total de Provisões Técnicas	**66.033**

* Conforme Resolução CNSP 321/2015, Art. 110 §1º, a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da sociedade seguradora administradora dos consórcios.

Valores Redutores de Provisões Técnicas	**Em milhares de Reais**
Custo de Aquisição Diferidos Redutores	3.089
Ativos de Resseguro Redutores	409
Total de Redutores (B)	**3.498**
Total das provisões técnicas liquidas (A - B)	**62.535**
Total das Provisões a serem garantidas*	**21.636**

* Saldo líquido de DPVAT e de operações de previdência complementar, pois estes ativos garantem exclusivamente as respectivas provisões, conforme Circular SUSEP nº 386/2009 e Circular SUSEP nº 338/2007

Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido	**Em milhares de Reais**
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA* (a)	21.769
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	4.855
Capital de Risco - Crédito (d)	594
Capital de Risco - Operacional (e)	311
Redução por Correlação dos Riscos (f)	(271)
Capital de Risco (g) = (c)+(d)+(e)+(f)	5.489
Capital Mínimo Requerido (CMR) (h) = Maior entre (b) e (g)	**15.000**
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (a) - (h)	**6.769**
Índice de Liquidez em relação ao Capital de Risco (**)	**110%**

*Apenas os acréscimos e deduções normativos em relação ao Patrimônio Líquido foram auditados e não o próprio Patrimônio Líquido, dado que o Patrimônio Líquido é uma conta que resulta de todas as posições ativas e passivas da entidade, inclusive aquelas além da abrangência de nossa auditoria atuarial.

** O índice de liquidez em relação ao CR requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 é de 20%.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela **Usebens Seguros S.A.** e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo deste Parecer Atuarial, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião da auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da **Usebens Seguros S.A.** em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA, com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Brasília, 25 de fevereiro de 2016.

CESAR LUIZ DANIELI
Atuário Auditor Independente, MIBA 824 - MTb/RJ
GAMA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.
CIBA 067 - CNPJ.: 02.941.736/0001-90

A Imprensa Oficial através de suas livrarias – Livraria XV de Novembro e Livraria Virtual, estendeu o desconto* de 40% aos professores da rede pública municipal do Estado de São Paulo, além de mantê-lo aos professores da rede pública estadual, mediante apresentação de vínculo empregatício.

desconto sobre preço de capa para os livros editados ou coeditados pela Imprensa Oficial

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO